

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social -**
2 **SEDS/PR**
3 **Secretaria Executiva dos Conselhos - SEC**
4 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 5º Andar Bloco 'C' -**
5 **Palácio das Araucárias**
6 **CEP 80530-915**
7 **Curitiba - Paraná**



8
9
10 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/PR**
11 **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA CEAS/PR 1º e 2/08/2013**
12

13 Aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 8h40min, em primeira
14 convocação, no auditório do 7º andar da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento
15 Social – SEDS, Palácio das Araucárias, situada à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - Centro
16 Cívico, em Curitiba-PR, realizou-se a Assembleia Ordinária do **Conselho Estadual de**
17 **Assistência Social - CEAS/PR** para o qual os Conselheiros foram previamente convocados.
18 No momento dessa primeira chamada, o **Presidente Conselheiro Leandro N. Meller**
19 **(SEDS)** convidou os presentes a procederem a sua autoapresentação, a saber: - Conselheiros
20 Maria Auxiliadora, Artur, Inês Roseli, Vanderlei, Carla, Eugênio, Plínio, Leandro, Delvana,
21 Márcia, Luciana, contabilizando **11 Conselheiros**. O Presidente parabenizou o grupo da
22 Sociedade Civil (08) e governamentais (03), que prezam pelo cumprimento dos horários. Com
23 apenas 11 Conselheiros, não se alcançou o quórum regimental, motivo pelo qual seria
24 necessário aguardar nova convocação. Levando em conta o ocorrido, a 2º chamada foi levada a
25 efeito 30 minutos após, quando foram registradas as presenças de mais três Conselheiras:-
26 Márcia Cristina (SEPL), Edite Rocha (CEASA/SEAB) e Marcela Evangelista (SEDS) compo
27 um grupo de **14 Conselheiros**. No seu papel, o **Presidente Leandro** recepcionou a todos,
28 deixando clara a sua satisfação pelo caminhar desse Colegiado, vivenciando nessa data a
29 alternância da Mesa Diretora, além dos assuntos de grande relevância. Considerou que
30 independente do segmento que assuma a Presidência, a coesão e o alinhamento de
31 pensamentos proporcionam a qualidade esperada das deliberações, baseadas na efetiva
32 construção da Política. Com a chegada das **Conselheiras Letícia Reis, Gladys Tortatto,**
33 chegou-se ao quórum qualificado com a presença de **16 Conselheiros**. Foi comunicado que no
34 dia anterior, reuniram-se os representantes da Sociedade Civil e Governamentais,
35 consensuando a indicação da **Conselheira Inês Roseli Tonello** (APAE de Francisco Beltrão),
36 para exercer a Presidência do **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR** - no
37 período anual 2013-2014, e do **Conselheiro Leandro Nunes Meller** para ocupar a Vice-
38 Presidência desse Colegiado. Com os aplausos do plenário, tais nomes foram referendados.
39 Assumindo a condução dos trabalhos, a **Conselheira Presidente Inês Roseli** considerou que
40 “a mulher mais uma vez vem expandido o seu espaço. Um trabalho integrado, desenvolvido
41 com companheirismo e compreensão, sem dúvida trará resultados positivos para a execução da
42 Política no Estado. Retratou todo o seu imenso comprometimento com a causa, nas linhas do
43 poema de Álvaro de Campos: - “Sentir tudo de todas as maneiras, viver tudo de todos os lados,
44 ser a mesma coisa de todos os modos possíveis ao mesmo tempo. Realizar em si toda a
45 humanidade de todos os momentos, num só momento difuso, profuso, completo é longínquo.

46 Assim sendo, façam tudo o que puderem, quando e enquanto puderem” Só assim a vida valerá
47 apenas e teremos cumprido a nossa missão”! Lembrou a Presidente eleita, que muitas pessoas
48 para ter vida dependem das nossas ações. Pedindo a palavra, o **Conselheiro Vanderlei**
49 parabenizou o **Conselheiro Leandro** que deixava a Presidência, pelo seu empenho e
50 competência na condução desse Conselho. O Colegiado teve um expressivo avanço,
51 principalmente na aproximação com o interior através das reuniões descentralizadas.
52 Registrada a chegada da **Conselheira Daiane Sprada**. Na sua vez, o **Conselheiro Leandro**
53 **Meller** demonstrou toda a sua satisfação por esse convívio salutar e integrado, um autêntico
54 exercício de democracia. Afirmou que o CEAS/PR vem crescendo justamente porque os
55 Conselheiros em uníssono, vem contribuindo para essas conquistas. Portanto, os parabéns são
56 extensivos a todos. Já entrando em ritmo de trabalho, a **Presidente Inês Roseli** esclareceu
57 pretender imprimir uma ampla aproximação e agilidade nas ações do Conselho. Para isso, dada
58 à distância geográfica da sua cidade de origem, garantiu junto à Secretaria Executiva, poder
59 recorrer ao Vice-Presidente Leandro, quando necessário. **Apreciação da pauta** – A pedido da
60 Secretária Executiva Helena, após o ponto nº8 da pauta será necessário inserir a capacitação
61 do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, com a indicação de um Conselheiro.
62 Registrada a chegada da **Coordenadora e Conselheira Elenice Malzoni (SEDS)**. **Novas**
63 **inserções na pauta:** - Participação nas Conferências Municipais e Regionais (Conselheira
64 Roseli) – Banco de Alimentos (Conselheira Edite Rocha). Foi esclarecido pelo **Conselheiro**
65 **Leandro** que o CEASA desenvolve um programa que proporciona atendimento a entidades e
66 famílias em vulnerabilidade social. A CONAB só recebe o devido reconhecimento da execução
67 pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR e agora
68 necessitam também do aval do CEAS/PR. Vale dizer que o CEASA é vinculada à Secretaria de
69 Estado da Agricultura e do Abastecimento. **APROVADA a pauta com os acréscimos**
70 **solicitados. APRECIÇÃO DAS ATAS** – Assembleia Extraordinária e Ordinária de
71 julho/2013 **.Aprovadas as duas atas após contribuições. Informes da Secretaria**
72 **Executiva** – Helena N. Gimenez. Em 23/07, recebida a justificativa de ausência da Conselheira
73 Laura (Região de Cornélio Procópio), tendo em vista estar participando da Conferência
74 Municipal. Na mesma data, a **Conselheira Ataíse** justificou sua ausência nas atividades das
75 Comissões, já que estava agendada a Conferência Municipal de Castro. Também devido à
76 realização da Conferência Municipal, a Conselheira Adriana justificou a sua ausência,
77 comunicando que a sua suplente Carla se faria presente. Viajando a trabalho, a Conselheira
78 Mara (SEDS), justificou a sua ausência na Assembleia. **Comissão de Financiamento e**
79 **Gerenciamento do Fundo** – Relatora Conselheira Marcela. **Relato da Comissão de**
80 **Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional:** As técnicas da
81 Coordenação de Proteção Social Especial Consuelo e Lucília, relataram que a Comissão
82 reuniu-se no dia 02/07/13, com as seguintes pautas:1 – Plano Estadual de Reordenamento do
83 Acolhimento Institucional – a Comissão fez suas contribuições no Plano Estadual , e ainda
84 aguardará as contribuições dos Conselheiros do CEAS até 15/07/13. A Comissão apresentará o
85 Plano com redação final para pactuação na CIB e posteriormente para deliberação na plenária
86 de CEAS. 2 – Associação Pe. João Ceconello - a Comissão solicitou informações atualizadas
87 sobre o acompanhamento dos acolhidos na entidade. 3 - Residências Inclusivas – A SEDS

88 relatou quais municípios aderiram às Residências Inclusivas, e também sobre a adesão
89 estadual. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: Ciente. **Termos de Adesão e**
90 **Compromisso sobre o Serviço de Proteção em situação de Calamidades Públicas e de**
91 **Emergências.** As técnicas da Coordenação de Proteção Social Especial Consuelo e Lucília,
92 relataram sobre o repasse de recursos Fundo a Fundo, para os 78 municípios que tiveram
93 Decretado o Estado de Calamidade Pública pela Defesa Civil do Estado do Paraná. No dia
94 23/07/13 foi realizada videoconferência, e no dia 24/07/13 uma webconferência, para os
95 municípios e Escritórios Regionais para orientações quanto ao Termo de Aceite, execução e
96 prestação de contas. Foi elaborada uma Nota Técnica com as orientações, que serão
97 repassadas aos municípios. O valor a ser repassada aos municípios é de R\$ 3.090.480,00.
98 PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER CEAS: Ciente. **Protocolado nº 11.999.112-9 –**
99 **PAEFI do município de Palotina.** As técnicas da Coordenação de Proteção Social Especial
100 Consuelo e Lucília, relataram que a coordenação é favorável ao projeto e ao plano de aplicação.
101 Tendo em vista o decreto nº 8543/13, que prevê o repasse automático, será elaborada
102 Resolução que migrará a formalização dos convênios para o repasse fundo a fundo. PARECER
103 DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. **Protocolado nº 12.055.115-9:**
104 **Solicitação de um veículo para a APAE de Guaporema.** Tendo em vista que o Plano de
105 Ação do FEAS 2013 não possui linha de ação específica para esse atendimento, a entidade
106 poderá apresentar projeto no CEDCA, que aprovou a Deliberação nº 51/2013 para repasse de
107 recursos às entidades que atendem crianças com deficiência, com prazo até 16/08/2013.
108 PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado. A técnica Marcela
109 Evangelista apresentou o **Demonstrativo Sintético de 2012** e informou que o MDS está
110 ajustando as informações dentro do sistema e poderão haver alterações, caso ocorram o
111 Conselho será acionado tendo em vista que o prazo para envio é 31/08/2013. Os itens foram
112 apreciados um a um, sob a supervisão da Presidência, finalizando com a aprovação total desse
113 demonstrativo. PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER CEAS: Aprovado.
114 **Orçamento de 2014.** A técnica Marcela (financeiro da SEDS)apresentou o Plano de Ação
115 com a proposta orçamentária das necessidades do FEAS para 2014, antes da determinação do
116 Teto Orçamentário pela SEPL. Esclareceu que ainda este mês, os Conselheiros serão
117 novamente convocados, com o objetivo de apreciarem e deliberarem o orçamento/2014. Houve
118 um aparte da **Conselheira Carla**, demonstrando a sua preocupação : - Segundo ela, a
119 transferência de recursos para famílias que já recebem o Bolsa Família, poderia ser melhor
120 aproveitado se os recursos fossem repassados para grupos de geração de renda. O
121 **Conselheiro Leandro** pretendeu explicitar que essa transferência já foi discutida no Conselho
122 e, pactuada na CIB: - trata-se de uma complementação de renda obrigatória do Bolsa Família,
123 um assunto já deliberado e uma responsabilidade do Estado. Numa breve definição, a
124 **Presidente Roseli Tonello** pontuou que no decorrer de outros debates foi possível
125 compreender muito bem a grandeza do **Programa Família Paranaense**. Do ano passado para
126 cá, percebe-se que houve uma maior expansão dos recursos pois dos 78 milhões de reais
127 previstos, hoje chega-se aos 108 milhões. E as residências inclusivas, como ficariam? Tornando
128 essa questão intelegível, o **Conselheiro Leandro** colocou que no momento discute-se o
129 orçamento do FEAS e o Família Paranaense tem outras fontes. Sabe-se que virão recursos do

130 BID, objetivando ampliar o Programa. O importante agora será discutir os recursos do FEAS.
131 Na continuidade, a **técnica Paula** reforçou que o Programa Família Paranaense é intersetorial
132 e outras Secretarias de Estados propiciam um aporte financeiro. Em certo momento, a
133 **Conselheira Daiana** arguiu sobre os recursos das entidades conveniadas, que precisariam
134 sofrer um reajuste a ser negociado. Houve a atenção da **técnica Marcela Evangelista**
135 **(Financeiro da SEDS)**, colocando que dependendo dos outros aportes orçamentários, será
136 possível pensar nesses reajustes. A **Conselheira Márcia** (Secretaria de Estado do
137 Planejamento), contribuiu dizendo que pede-se suplementação orçamentaria baseando-se na
138 arrecadação da Receita. No decorrer do ano, qualquer pedido será pontuado. Ela ainda
139 solicitou à Mesa Diretora a possibilidade de colocar seu **voto favorável** a esse plano, de forma
140 expressa, uma vez que terá de retirar-se devido a compromisso inadiável às 10:30 horas. **Em**
141 **apreciação a proposta do Plano de Ação - LOA/2014 - Aprovado.** A técnica Marcela
142 Evangelista apresentou o Decreto Estadual nº 8543/13, de 17/07/13 que regulamenta a
143 transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos
144 Municipais, em atendimento a Lei Estadual nº 17.544, de 17/04/13. PARECER DA COMISSÃO:
145 CIENTE. PARECER CEAS: Ciente. **Apreciação das Resoluções de repasse Fundo a Fundo.**
146 A técnica Marcela Evangelista apresentou a minuta da Resolução que cria o Piso Paranaense
147 de Assistência Social e possibilita o repasse dos recursos das Deliberações nº 034/12 - PAIF e
148 035/12 - PAEFI, e dos recursos do Programa Viver Sem Limites do MDS, para Residências
149 Inclusivas e Centro Dia, através de repasse fundo e fundo, que ainda será analisado pelo NJA,
150 para posterior assinatura da Senhora Secretária. PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.
151 PARECER CEAS: Ciente. **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização -**
152 **Relatora - Conselheira Daiane Sprada. Apresentação do Plano Estadual de**
153 **Capacitação - PEC (versão Final).** Foi comunicado pela **Coordenadora Larissa** que esse
154 Plano 2012/2015 foi enviado aos Conselheiros, discutido e apresentando na CIB, onde foi
155 pactuado. O documento já foi também deliberado pelo CEAS em 2011 e presentemente fez-se
156 uma revisão com adequação desse processo, a Coordenadora Larissa manifestou
157 agradecimentos aos técnicos da SEDS e equipes dos Escritórios Regionais. Garantiu também
158 que o Paraná foi o primeiro Estado a ter o seu plano aprovado em 2011 e também o primeiro a
159 readequar o seu plano à Resolução do CNAS sobre Educação Permanente. Segundo o
160 **Conselheiro Plínio**, nas discussões já levadas a efeito, existe uma preocupação particular
161 referente aos diversos atores que não figuram. Sabe-se que uma aproximação com o Judiciário
162 e Ministério Público é fundamental, gerando uma interlocução necessária. Segundo a
163 **Coordenadora Larissa Tissot**, trabalha-se com os relatórios finais desses cursos, objetivando
164 fazer uma avaliação do processo a cada 6 meses. Mencionou o **Conselheiro Plínio**, afirmando
165 que o aprofundamento que ocorrerá também será baseado no feed-back, dando a noção dos
166 avanços. Vive-se um momento de trânsito das equipes dos Municípios e deve-se garantir a
167 continuidade dessa proposta. Em continuidade à apresentação do Plano foi mostrado um
168 quadro totalizador com os valores e cursos previstos e as alterações realizadas a partir do
169 processo de revisão. Com destaque para a nova configuração: 10 cursos de introdução, 5 de
170 atualização, 2 supervisões técnicas, 2 aperfeiçoamentos, 2 especializações e 21 eventos, com
171 previsão de investimento de R\$ 4.567.132,77 para o período de 2013 e 2014. Bem como, há

172 uma nova proposta de distribuição de vagas, que considera o número de trabalhadores
173 atuantes no SUAS em cada município, o que será realizado com base no Censo SUAS e no
174 CadSUAS, bem como possibilitando que os profissionais participem das diferentes etapas de
175 capacitação. A coordenação está finalizando o termo de referência para licitação. Parecer da
176 comissão: A comissão aprova o referido Plano que será apresentado a plenária pela conselheira
177 Larissa. Parecer do CEAS: Aprovado. **Capacita SUAS:** A conselheira Larissa informou que o
178 processo do Capacita SUAS está tramitando pela SEDS em fase de finalização do edital da
179 licitação junto as IES. O processo leva entre 2 e 3 meses para ser concluído, com prazo previsto
180 para final de novembro. Parecer do CEAS: Ciente. **Processo de elaboração do Plano**
181 **Municipal/Plurianual de Assistência Social:** Inserir na pauta para a próxima reunião .
182 **Protocolo n 12.047.267-4: Informação da SEJU sobre os fluxos de atendimento aos**
183 **estrangeiros no Estado do Paraná:** A SEJU em resposta ao questionamento do CEAS sobre
184 as competências e atribuições no que se refere aos fluxos de atendimento aos estrangeiros no
185 Estado do Paraná, encaminhou cópia do Decreto 4289 de 2012 que instituiu o Comitê Estadual
186 para Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná, onde apresenta-se a composição da referida
187 comissão, não sendo respondida a questão que se refere a solicitação de informações sobre as
188 políticas, programas e serviços aos imigrantes no Estado do Paraná. **Encaminhamento:** Que
189 a Secretaria Executiva remeta novamente o protocolado ao Sr. José Antônio Perez Gediel
190 Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, com a solicitação das seguintes
191 informações no ofício: Na oportunidade agradecemos os esclarecimentos quanto aos fluxos,
192 parâmetros e normativas de atendimento a estrangeiros solicitado, entretanto, reiteramos a
193 solicitação de informações sobre as políticas, programas e serviços aos imigrantes no Estado
194 do Paraná, indicando o papel e a atividade desenvolvida por cada Secretaria de Estado que
195 desenvolvam ações voltadas a este público. Solicita-se ainda que paralelo a isto, seja
196 encaminhada cópia deste processo a SEDS para informações referentes a garantia do
197 atendimento dos cidadãos pela política de assistência social no Estado do Paraná, com
198 destaque aos estrangeiros. E posteriormente juntar as informações emitidas pela SEJU e a
199 SEDS e encaminhar a comissão para realização da resposta ao solicitante. **Parecer do CEAS:**
200 **Aprovado. Protocolado sob o n 11.999.118-8: Manifestação quanto ao chamamento de**
201 **concurso público na região de Cianorte:** Retornou a esta comissão o processo acima citado
202 com a solicitação de maiores informações sobre o ofício CEAS – 075/2013 na data 16/07/2013,
203 referente a composição da equipe do ER de Cianorte e o não chamamento do concurso.
204 **Parecer da comissão:** Entendendo que se faz necessário informações mais consistente devido
205 ao número de solicitações da reclamante, a comissão solicita aos Conselheiros Vice-presidente
206 Leandro Meller, a secretaria executiva, a conselheira dessa comissão Larissa Tissot e o
207 Conselheiro Moises a elaboração de uma resposta técnica e apresentação a este Conselho na
208 próxima reunião para deliberação. **Parecer do CEAS: Aprovado. Relato da reunião do**
209 **FONACEAS, realizada nos dias 26, 27 e 28/06/13 (conselheira Inês Roseli e Luciana):**
210 As Conselheiras Luciana e Inês Roseli apresentaram a essa comissão o relato da reunião do
211 FONACEAS. Expuseram que a reunião ficou focada na eleição, deixando em segundo plano a
212 discussão temática. A eleição configurou-se da seguinte forma: Mesa Diretora: Bahia na
213 Coordenação Geral, Mato Grosso com a coordenação da Vigilância, São Paulo com a

214 Comunicação, Amapá com Pesquisa, Paraná com Relações Institucionais. Durante o evento
215 solicitou-se que haja maior acessibilidade a pessoa com deficiência nas reuniões do
216 FONACEAS. As conselheiras apresentaram a avaliação que puderam fazer sobre a realidade
217 local e que houve durante o evento a apresentação da conselheira nacional, Eloiana Soares,
218 sobre a resolução 16 e NOB/SUAS. Houve discussão sobre as casas de acolhimento a
219 acompanhantes de pessoas em transito para tratamento de saúde, ressaltando que há
220 documentos da saúde que o definem enquanto serviço da sua política. Ficou definido que não
221 acontecerá a próxima reunião porque o Pará justificou impossibilidade de realização devido às
222 conferências Municipais. Em substituição foi realizada uma reunião durante o encontro
223 ampliado do CNAS no rio Grande do Sul. A respeito da reunião em novembro no Paraná e
224 definiu-se que realizar-se-á o convite a Denise Colin para ser a palestrante, ficando sob
225 responsabilidade da Secretaria Executiva do CEAS o contato para convite e fechamento de
226 agenda. A coordenação Geral ficará responsável por definir o segundo painalista. **Parecer do**
227 **CEAS: Aprovado.** Na sequência, a **Presidente Conselheira Roseli** informou sobre o
228 planejamento de se elaborar convite dirigido à Secretária Nacional Denise Colin, no sentido de
229 fazer a palestra em novembro, no Paraná (FONACEAS). Por outro lado, para não privilegiar
230 somente uma fala do Governo Federal, foi sugerido apontar um outro painalista, talvez do
231 Cogemas. No Rio Grande do Sul também se reafirmou esse entendimento. A **Conselheira**
232 **Luciana** (ER/SEDS) opinou ter sido importante a participação da representação paranaense
233 naquela reunião em Macapá. Resta-nos fazer aqui uma boa acolhida para os visitantes (em
234 novembro - 26 - 27 e 28/2013), privilegiando o fortalecimento das ações no nosso Estado.
235 Segundo a Presidente, a Secretaria Executiva fará contato com a SE da Bahia, com o objetivo
236 de consensuar a participação dos palestrantes. Considerando os aspectos já mencionados, o
237 **Conselheiro Plínio** citou que no Paraná entende-se como muito clara a questão da construção
238 da regionalização e os Escritórios Regionais tem um papel muito importante nessa empreitada.
239 Segundo a **Presidente Roseli**, o resultado da Conferência Estadual será diferente dos demais
240 Estados que não tem as Regionais. Minas Gerais, por exemplo, colocou como ponto
241 preponderante a inclusão da eleição do Conselho Estadual na Conferência. Já o **Conselheiro**
242 **Artur** referiu que também São Paulo está nesse processo. Os demais Estados sentirão na pele
243 os revezes enfrentados por aqui. Demonstrou a **Conselheira Roseli** que o Paraná foi olhado de
244 forma diferente quando na sua fala informou estar levando para a reunião **“um abraço de paz**
245 **do Presidente do CEAS/PR, branco como de paz a neve que aqui caiu e caloroso com a**
246 **chapa quente que sapeca o pinhão”**. **Relato da reunião ampliada e descentralizada do**
247 **CNAS realizada em Porto Alegre nos dias 23, 24 e 25/07/2013.** Relato será apresentado
248 na próxima reunião devido a insuficiência de tempo para a realização do documento.
249 **(INCLUSÃO) - Relato da reunião trimestral do CEAS e CAS/DF com o CNAS nos dias**
250 **23, 24 e 25 de julho em Porto Alegre.** A conselheira Inês Roseli informou como ocorreu a
251 reunião trimestral dos CEAS e CAS DF junto ao CNAS, momento em que foi realizado o
252 processo de avaliação da realização das conferências municipais e estaduais. A conselheira
253 ressalta a importância do espaço como troca de experiências e a identificação da peculiaridade
254 existente no Estado do Paraná quanto a realização de conferências regionais. Ressaltou-se o
255 importante processo realizado no Estado quanto as orientações e mobilizações realizado pelo

256 CEAS e SEDS antes do início das conferências municipais, além do fato de que o Paraná possui
257 uma comissão organizadora da conferência instituída e em funcionamento desde 2012. Durante
258 este processo identificou-se que o Paraná possui dois conselheiros compondo o CNAS, sendo
259 que não era de conhecimento do CEAS a participação da conselheira Doris Margarete de Jesus
260 (UBM). Diante disto, identificou-se a necessidade de que o CEAS envie um convite formal aos
261 dois conselheiros nacionais Doris Margarete de Jesus (UBM) e José Araujo da Silva (Pastoral da
262 pessoa idosa) ressaltando a importância de participação destes nas reuniões do CEAS
263 contribuindo nas discussões e ampliando o processo de diálogo. O CNAS apresentou as telas
264 que serão utilizadas para sistematização das deliberações das Conferências Estaduais, sendo
265 que, cada Secretário de Estado receberá uma senha para acesso ao sistema, ficando
266 disponibilizado a partir do dia 19 de agosto e que o conteúdo não difere dos instrumentais
267 apresentados para as conferências municipais. **Parecer do CEAS: Ciente. Panorama de**
268 **Preenchimento do Plano de Ação 2013.** Maria Sirlei da coordenação da Gestão do SUAS,
269 apresentou o panorama de conclusão dos planos de ação, sendo que 98,75% dos municípios
270 finalizaram os planos, e que apenas 1,25%, ou seja, 5 municípios apesar de finalizar não
271 conseguiram fazer a aprovação do CMAS dentro do prazo estabelecido. **Parecer da comissão:**
272 Para ciência do conselho. **Parecer do CEAS:** Ciente, porem solicita-se aos 5 Conselhos
273 Municipais de Brazilândia do Sul, General Carneiro, Itaperuçu, Tunas do Paraná e São Pedro
274 do Ivaí esclarecimentos sobre a não aprovação do conselho do Plano de Ação 2013. **Relatório**
275 **de Avaliação dos Resultados e Execução do Curso Desafios Contemporâneos.** A
276 conselheira Larissa apresentou o relatório de avaliação do Curso Contemporâneo do SUAS,
277 tiveram a participação de 95 pessoas, tendo como público os profissionais dos escritórios
278 regionais e sede da SEDS contou com um representante do CEAS, sr. Artur Santos Andrade.
279 Com investimento de R\$ 44.421,90, contando o valor para pagamento da empresa licitada,
280 diárias e passagens. O curso ocorreu entre os dias 04 e 06 de junho de 2013 no auditório Mário
281 Lobo. A avaliação do curso pelos participantes tendo notas de 1 a 5, foi de, nota mínima de
282 palestrante foi 4, mínima de carga horária 4,4, mínima de recursos 4,91, o que apresenta-se
283 como um alto índice de aceitação e ótima avaliação do curso realizado. Foram discutidos
284 diversos temas, tendo como base a NOB SUAS. O relatório fica a disposição para consulta dos
285 conselheiros na pasta da comissão. **Parecer da comissão:** Para ciência do Conselho. **Parecer**
286 **do CEAS:**Ciente. Registra-se a parabenização à equipe técnica da SEDS com relação as
287 palestras realizadas no evento. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial: a**
288 **Relatora Conselheira Eunícia, Protocolado n. 11.980.738-7 – Solicitação de parceria da**
289 **Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Renascer na Serra**
290 **Ltda,** A Assessoria Técnica da SEDS encaminhou processo ao CEAS para posicionamento com
291 relação às Comunidades Terapêuticas, bem como os procedimentos que a instituição deverá
292 tomar. Após análise do referido protocolado, a comissão identificou que a Instituição é uma
293 sociedade empresarial, com fins lucrativos, conforme fl. 03. Ainda no processo, não há plano
294 de trabalho, ou outro documento que caracterize a instituição como entidade ou organização
295 da Política de Assistência Social. Cabe ressaltar que, o CEAS aprovou em Março de 2013 o
296 entendimento contido na Nota Técnica sobre a Inscrição das Comunidades Terapêuticas nos
297 Conselhos Municipais de Assistência Social. Parecer da comissão: Encaminhar resposta à

298 Assessoria Técnica da SEDS com a Nota Técnica em anexo. Parecer do CEAS: Aprovado.
299 **Protocolado sob o nº 12,062,612-4 - Solicitação da Promotoria de Justiça sobre o**
300 **Instituto MEDPREV:** A Promotoria solicita parecer sobre as atividades desenvolvidas pelo
301 Instituto supracitado especificando se o mesmo preenche os requisitos da Política Nacional de
302 Assistência Social como a referida entidade vem divulgando perante a sociedade. Diante disso,
303 a coordenação de Gestão do SUAS emitiu a informação técnica nº 023/2013 dizendo que,
304 realizou pesquisa no site da Fundação de Ação Social e não identificou a inscrição de referido
305 instituto no Conselho Municipal de Assistência Social. Ainda a comissão entende que é de
306 competência do CMAS a fiscalização das entidades e organizações de Assistência Social. Nesse
307 sentido, nova consulta pode ser realizada ao CMAS em que a MED PREV presta serviço, o qual
308 tem como atribuição análise documental e visita in loco, se for o caso, para verificar se esta
309 atende a tipificação dos serviços de acordo com o Sistema Único de Assistência Social. **Parecer**
310 **da comissão: Encaminhar resposta à Promotoria acompanhada da Informação Técnica**
311 **nº 023/2013 e que esta pode buscar maiores esclarecimentos junto ao CMAS.** Parecer
312 do CEAS: Aprovado. **Comissão de acompanhamento aos CMAS,** relatora Helena Navarro
313 Gimenez: **Ofício nº038/2013/CNAS/MDS: Readequação do Plano de acompanhamento**
314 **do CEAS junto aos CMAS.** Foi apresentado pela Secretaria Executiva do CEAS o ofício do
315 CNAS encaminhado aos Conselhos Estaduais no que se refere à elaboração do Plano de
316 Acompanhamento do CEAS aos CMAS. Em seguida foi apresentada as adequações do Plano de
317 Acompanhamento do CEAS/PR aos Conselhos Municipais do Estado. Após sugestões dos
318 Conselhos, o Plano de Acompanhamento foi aprovada e será encaminhado ao CNAS, para
319 conhecimento. Parecer do CEAS: **Aprovado. Nota Técnica sobre as atribuições da**
320 **Secretaria Executiva dos Conselhos de Assistência Social.** Em virtude das dúvidas
321 encaminhadas pelos municípios em relação as atribuições da Secretaria Executiva dos
322 Conselhos de Assistência Social, a Secretaria Executiva do CEAS/PR elaborou minuta de Nota
323 Técnica aos municípios com as referidas orientações. A Nota foi apreciada e aprovada pela
324 Comissão. Parecer do CEAS: Aprovado. Pedindo a palavra, a **Coordenadora Larissa Tissot**
325 comunicou que nessa data, às 10:45 min. , foi recebida uma informação que a Coordenação
326 geral Rede SUAS e o CNAS, darão uma semana a mais para os cinco Municípios que ainda não
327 preencheram o seu Plano de Ação. Sendo assim, sugeriu que os ofícios a serem encaminhados
328 aos CMAS deverão ser retardados por uma semana, permitindo assim uma possível
329 manifestação por parte desses municípios. **Comissão Temporária de organização das**
330 **Conferências, relatora** Helena Navarro Gimenez: **1 - Apoio financeiro para a realização**
331 **das Conferências Regionais de Assistência Social:** Leandro Meller, conselheiro e Assessor
332 Técnico da SEDS, informou que a SEDS recebeu o apoio financeiro da Copel para a realização
333 das Conferências Regionais de Assistência Social a serem realizadas no ano de 2013. Dessa
334 forma, será possível garantir às referidas Conferências, os itens solicitados pelo Conselho,
335 visando o sucesso dos eventos. Parecer do CEAS: Ciente. **Orientações sobre as Conferências**
336 **Regionais de Assistência Social:** A Secretária Executiva apresentou as Orientações sobre as
337 Conferências Regionais a ser encaminhadas aos Escritórios Regionais da SEDS. Os
338 conselheiros contribuíram na formatação do modelo de ficha de presença a ser utilizado, e
339 sugeriu também algumas adequações de texto. Nesta oportunidade, a Comissão discutiu sobre

340 o novo processo de eleição da sociedade civil do CEAS e decidiu que será submetido à plenária
341 do dia 02/08/13 a proposta de que a eleição da sociedade civil seja realizada em Assembléias
342 próprias em 5 macrorregionais do Estado. Parecer do CEAS: Aprovado. Entre algumas falas,
343 houve o entendimento que o Conselho já assimilou: - o processo mais adequada para a eleição
344 dos membros da Sociedade no CEAS deverá ser nos moldes do CEDCA, por macrorregionais.
345 Segundo a **Presidente Roseli**, trata-se de uma questão a ser levada para a Conferência,
346 porém por precaução o desconhecido corre o risco de rejeição. É necessário uma composição
347 mais democrática! Durante a construção do instrumento de pesquisa, houve a compreensão de
348 que se ficasse como estava, a Sociedade Civil estaria pouco representada. Ocorreu uma ampla
349 discussão e foi consensuado que permanecesse no modelo do CEDCA, porém com as
350 adequações necessárias a este Conselho. **O Conselheiro Plínio** expressou, que enquanto
351 Comissão, a maior dificuldade foi dar uma face democrática aos 3 segmentos. A princípio, com
352 a recondução do Conselho, estaria impedida a rotatividade; com 5 regionais os três segmentos
353 estariam contemplados. Agradecimentos foram dirigidos ao **Conselheiro Plínio**, que ao
354 disponibilizar uma tarde, trabalhou de forma efetiva em cima desses documentos. Submetido
355 ao plenário, foi **aprovado** o novo formato de eleição da Sociedade Civil no CEAS/PR. **Comissão**
356 **da Frente Parlamentar - (Helena N. Gimenez)**. Informou-se que a SEDS está compilando
357 todas as propostas das Conferências de 2005, que a seguir passarão pelas Coordenadorias para
358 serem validadas. Na sequência, serão apreciadas pelo Conselho, seguindo para os Escritórios
359 Regionais visando serem trabalhadas nas Conferências Regionais, em conjunto com a
360 sistematização das novas propostas oriundas dos Municípios. A seguir, todo esse compilado irá
361 para a Conferência Estadual. **Comissão de Políticas Sociais - Relator: - Conselheiro**
362 **Plínio, 4.1 Ofício nº 024/2013 do CMAS de Sarandi:** As informações do CMAS, Prefeito
363 Municipal e Gestora da Assistência Social de Sarandi em respostas ao questionamento do
364 CEAS sobre o uso compartilhado dos equipamentos CRAM e CREAS informam que estão
365 devidamente instalados em sedes próprias e endereços distintos de acordo com a
366 documentação enviada. PARECER DA COMISSÃO: Ciente. PARECER DO CEAS: Ciente.
367 **Protocolado nº 12.029.517-9 CRAS de Iguatu.** Encaminhamentos:1. Que o município seja
368 informado pela CPSB que o Advogado não compõe a equipe mínima do CRAS de acordo com a
369 NOB/RH e que sejam encaminhadas orientações referente às atribuições da PSE ao município
370 de Iguatu. 2. Quanto aos demais itens solicitado pelo Ofício 029/2013 do CEAS, foram
371 contempladas. Ainda que o entendimento da comissão seja a necessidade de sedes próprias
372 para Órgão Gestor e CRAS. PARECER DA COMISSÃO: Envio de esclarecimento. Parecer do
373 CEAS: Envio de esclarecimento ao município e informar a situação para acompanhamento do
374 Escritório Regional. **Ofício nº 99/2013 do Município de Guaraqueçaba,** Encaminhamento:
375 Foram analisados os indicadores de desenvolvimento IDCRAS, atividades realizadas, RH, e
376 horários de funcionamento. Estes indicadores demonstram índices baixos e dificuldades de
377 gestão, porém, o município apresenta um dos menores índices de desenvolvimento e extrema
378 pobreza do Estado do Paraná, diante destas considerações sugerimos que município aguarde a
379 expansão de construção de CRAS 2014, tendo em vista a possibilidade de alteração dos
380 critérios de seleção de municípios, e que o prazo para expansão em 2013 foi encerrado.
381 Salientamos que a técnica do MP informou que ocorrerá reunião no município no dia 02 de

382 agosto e que as demandas apresentadas na Comissão serão levadas ao conhecimento da gestão
383 e da Promotoria local. PARECER DA COMISSÃO: Encaminhe-se. Parecer do CEAS: Encaminhar
384 informação ao município para que aguarde o edital para expansão 2014 pleiteando a
385 construção de CRAS. **Ofício nº 068/2013 do município de Borrazópolis.** PARECER DA
386 COMISSÃO: De acordo com o parecer técnico da CPSE, encaminhe-se. Parecer do CEAS:
387 Encaminhamento de informação ao município conforme o teor apresentado pela coordenação.
388 **Programa Território da Juventude:** Foi apresenta as linhas gerais do programa pela CPSB e
389 Assessoria da Juventude, bem como o estudo norteador que selecionou os municípios para
390 construção dos espaços do Programa e a deliberação que aprova os municípios, pela Gestão de
391 Informação e ao final a deliberação com os procedimentos e orientações para a implantação do
392 Programa. PARECER DA COMISSÃO: Aprovado. O referido projeto foi apresentado pelo **Sr.**
393 **Jeuliano Pedroso** (assessoria Especial de Juventude). Essa importante ação visa promover
394 ações educacionais, culturais, esportivas para os jovens, fortalecendo o desenvolvimento das
395 suas famílias e dirigidas a um público de 15 a 29 anos. Entre outras, essa ação visa promover e
396 incentivar a realização de estudos, debates, conferências e pesquisas sobre a realidade e
397 situação do jovem paranaense, a fim de contribuir para a colaboração de propostas de políticas
398 públicas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude. Os territórios físicos hoje vem
399 agregar as ações dirigidas aos jovens. Percebe-se que os grandes autores da violência são
400 esses jovens, em Municípios onde existe muita carência de equipamentos públicos.
401 Complementando as informações, a **Coordenadora Gladys Tortatto (SEDS)**, relatou que os
402 índices de criminalidade e tráfico de drogas assolam os pequenos municípios. Com o advento
403 dos Centros de Juventude (o público atendido é de 12 a 18 anos – FIA). Nessa nova ação, os
404 centros terão o seu tamanho reduzido, porém contendo tudo oque é necessário para o
405 atendimento de jovens em risco social. Segundo foi informado, 32 Municípios manifestaram a
406 intenção de aderir a esse programa; desses 26 já apresentam condições de serem selecionados.
407 Paralela à ação do Governo, os Municípios deverão comprometer-se com terreno e equipe com
408 pessoal capacitado. Na sequência, o **técnico Sérgio Inácio** apresentou na tela a minuta de
409 deliberação que aprova os Municípios, os indicadores procedimentos e orientações, para a
410 implantação do **Programa “Territórios da Juventude”** (público : - jovens de 15 a 29 anos). **A**
411 **Conselheira Delvana (SEED)** registrou a sua intenção de conhecer melhor essa proposta pois
412 sabe-se que nos dias de hoje a juventude está cada vez mais voltada para outros atrativos.
413 Questionou como seria possível colaborar mais com esse quadro. O **Assessor Especial de**
414 **Juventude Jeuliano Pedroso** reforçou que existem vários projetos que poderão ser auxiliados,
415 e um deles é o fortalecimento dos grêmios. Na verdade, a ideia é somar as ações das
416 Secretarias de Estado. Oportunamente a **técnica Gladys** informou que no próximo dia 5, em
417 Brasília estará sendo sancionado o Estatuto da Juventude. Respondendo ainda algumas
418 indagações citou que a composição da equipe técnica para dar andamento a esse projeto
419 deverá agregar uma Assistência Social, um Psicólogo, 2 administrativos e 4 educadores.
420 (equipe mínima). Foi dito pelo **Conselheiro Vanderlei** que a resolução não estabelece quantos
421 membros a referida equipe deve compor e na verdade, a manutenção é o item de maior custo
422 para os Municípios. Em resposta, o Assessor Jeuliano Pedroso assegurou que se a estrutura
423 física desses Centros estiver diminuída automaticamente o custo da manutenção será menor.

424 Contribuindo, a **Assessora Ana Maria Macedo** mencionou o grande número de equipamentos
425 abandonados que se espalha pelo país construídos com recursos de qualquer fundo. Citou que
426 a responsabilidade do acompanhamento e fiscalização é do Conselho que deliberou, já que
427 integra-se um órgão de controle social. Foi sugerido pelo **Conselheiro Vanderlei** que se
428 trabalhe para instalar os Conselhos Municipais da Juventude, devendo-se antes de tudo nos
429 preocupar com a precarização dos trabalhos. **Jeuliano Pedroso** informou a realização de
430 audiência pública no próximo dia 10, em Foz do Iguaçu, bem como os passos a serem dados
431 para o estabelecimento do Conselho Estadual da Juventude. **Em apreciação :-** o parecer da
432 plenária foi pela aprovação do Programa. Parecer do CEAS: Aprovado. **Protocolado nº**
433 **11.449.230-2:** Mediante a apresentação de ofício 252/2013 do município de Engenheiro
434 Beltrão, solicita 5 dias úteis para a apresentação da documentação pendente para a
435 formalização do convênio. PARECER DA COMISSÃO: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado.
436 **Construção CREAS 2013,** Apresentou-se os 12 municípios e os critérios para elencá-los, bem
437 como a minuta de deliberação para deflagrar a celebração dos convênios. PARECER DA
438 COMISSÃO: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado. **Critérios de Partilha de Recursos de**
439 **CRAS e CREAS para o ano de 2014.** Apresentou-se a Deliberação com os Critérios de
440 Partilha pela CPSB e CPSE. PARECER DA COMISSÃO: Aprovado. Parecer do CEAS: Aprovado.
441 Considerações da Comissão: **Assuntos de Pauta para a próxima reunião:** Estratégias de
442 mobilização juntos aos municípios quanto à necessidade de efetivação dos RH na política de
443 AS. Anistia de algumas certidões exigidas para celebração de convênios. Articular apoio técnico
444 aos municípios no que diz respeito a gestão municipal de todas as políticas, exemplo: auxílio do
445 TCE aos gestores e contadores no saneamento de seus orçamentos. O **Conselheiro Plínio**
446 propôs um alerta :- Realizar uma articulação mais ampla, conclamando os atores da política,
447 pensando em romper alguns paradigmas e frequentar outros Conselhos. Inserir o Tribunal de
448 Contas nesse processo e demandar medidas necessárias para os Municípios. Clareou que não
449 vai existir avanço, se não houver essa interlocução com as outras políticas. Em certo momento,
450 compareceu ao plenário a técnica **Ana Maria Macedo**, da Assessoria de Gabinete da **Sra.**
451 **Secretária Fernanda Richa** e que já exerceu a presidência desse Conselho. Essa parabenizou
452 a **Conselheira Inês Roseli Tonello** pela sua recente alçada à Presidência, na verdade um
453 reconhecimento à sua competência e comprometimento pelo ascendente caminhar dessa
454 Política. Em contraponto, a nova Presidente deixou registrado o seu perene agradecimento,
455 pelo aprendizado compartilhado enquanto trabalharam juntas na última gestão. Num momento
456 final, a **Ana Maria Macedo** transmitiu a todos os Conselheiros os seus cumprimentos, bem
457 como os da **Sra. Secretária da Família Fernanda Richa**, acompanhados dos agradecimentos
458 pelo trabalho por todos desenvolvido, como também a aprovação do **Projeto Territórios da**
459 **Juventude.** Estendeu os seus parabéns também à Coordenadora Gladys Tortatto e a toda a sua
460 equipe pelos esforços realizados no desenrolar dessas ações. **INTERVALO. Comissão de**
461 **Revisão do Regimento Interno. Helena N. Gimenez,** Secretária Executiva do CEAS/PR,
462 acusou o recebimento de ofício do FOREAS de Ivaiporã, questionando sobre a eleição do CEAS,
463 já que os Municípios de Londrina e Ivaiporã, se revezam na representação. A SEC responderá
464 que os critérios estão sendo discutidos e a sugestão será encaminhada à Comissão, Aprovado o
465 encaminhamento. Houve a remessa de ofício do CEDCA, datado de 1º/07/13, solicitando a

466 indicação de Conselheiros da Sociedade Civil para a discussão da organização da Política da
467 Criança e da Assistência Social. **-Aprovada a indicação dos Conselheiros Plínio e Luciana.**
468 Seguindo, foi dito que a Secretária Executiva sistematizou as fichas de avaliação da Reunião
469 Descentralizada de Cascavel, apresentando o presente resultado : das 114 fichas preenchidas -
470 79 participantes consideraram o evento **ótimo**; 30 opinaram que foi **bom**, 03 avaliaram como
471 **regular** e somente um considerou que foi **ruim**. As sugestões apresentadas foram compiladas
472 e encontram-se anexas e essa planilha. Falando com exclusividade, o **Conselheiro Leandro**
473 deixou evidente que todas as questões apresentadas serão criteriosamente analisadas, mesmo
474 porque no próximo ano planeja-se realizar mais duas Assembleias descentralizadas. Os
475 conteúdos foram muito apreciados porém, a forma como foram colocados focava em demasia
476 as Conferências. Muitas foram as opiniões favoráveis à realização de reuniões do Conselho no
477 interior, devido à salutar aproximação com os Municípios. Segundo o **Conselheiro Plínio**,
478 talvez as Assembleias do CEAS/PR pudessem estar abertas para os teleconferências nas
479 regiões. Com o fortalecimento dos Fóruns haverá uma maior aproximação. **Informes Gerais :**
480 - **Secretária Executiva Helena**, Da parte do **Coordenador Nircélio Zobot** recebeu-se um
481 informe referente à Capacitação sobre o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família – dias 8
482 e 9 de agosto, no Boqueirão – Dep. Da SEED, em Curitiba, Representante da SEED, a
483 **Conselheira Delvana** comunicou que em 29/07 ocorreu a Capacitação dos Operadores
484 Masters envolvendo 399 Municípios divididos em 3 grupos, com a participação ainda dos 32
485 Núcleos Regionais da Educação e Ministério. Nesse ano convidou-se todos os Municípios,
486 contando-se com 350 inscrições. Provocou-se uma ação de intersectorialidade, garantindo
487 tarefas para os Núcleos – serão planejadas reuniões de trabalho envolvendo segmentos da
488 saúde e educação, com o objetivo de discutir um protocolo de atendimento à criança fora da
489 escola. Definiu-se que os **Conselheiros Delvane (SEED) e Artur (NASA de Foz do Iguaçu)**
490 serão os representantes do CEAS/PR, no evento - “Capacitação sobre o Sistema de Gestão do
491 Programa Bolsa Família!” **APROVADO. Expansão 2013 – Técnica Carmen Zadra** 2ª fase do
492 Governo Federal. A coordenação de Proteção Social Especial CPSE, representada pela técnica
493 Carmen Zadra, informou que para a proteção social especial, 40 municípios do Estado foram
494 contemplados: uns com Construções de CREAS, para ser exata – 3 (três) municípios via
495 SICONV, prazo a ser estabelecido. Para a Residência Inclusiva – prazo expirou em junho/13.
496 PETI – prazo expirou em julho/13. E ainda para os seguintes serviços:CREAS/PAEFI,
497 Especializado para População de Rua, em Abordagem Social e Acolhimento População de Rua,
498 cujo prazo expira em 09/08/13. A adesão está sendo muito lenta e baixa, no Residência
499 Inclusiva, apenas 16% dos aptos realizaram o aceite. Do PETI, dos 17 Municípios aptos, todos
500 aceitaram, mais a proporção em relação a Residência Inclusiva, era bem menor, e os
501 compromissos e responsabilidades dos municípios para com o PETI são bem diferentes. Assim
502 faz-se um apelo para que os Conselheiros mobilizem em suas regiões, para que os municípios
503 realizem o aceite. **Assunto:** Of. Nº 86/2013 do município de Borrazópolis sobre a não inclusão
504 na Deliberação nº35 do CEAS para o PAEFI/2012. A Coordenação de Proteção Social Especial
505 CPSE, representada pela técnica Carmen Zadra, colocou que o município de Borrazópolis,
506 rejeitou sua solicitação ao PAEFI e que existiu “dicotomia” na referida Deliberação, porém a
507 técnica esclarece que o município informou no PMAS/2012 que oferecia apenas o Serviço de

508 MSE em LA e PSC, serviço com cofinanciamento do Estado para o Programa Liberdade Cidadã.
509 E que esse entendimento “dicotômico”, somente ocorreu com esse município, nenhum outro fez
510 e/ou reiterou solicitação, e que no anexo a deliberação seguia a lista dos municípios aptos, na
511 qual não continha este município. **Banco de Alimentos - Conselheira Edite Rocha.** A
512 CEASA foi construída em 1975, na época os restos da comercialização de hortifrutigranjeiros
513 eram descartados Em 1991 criou-se um programa de recolhimento do excedente mediante
514 cadastro. A CEASA realiza oficinas de reaproveitamento e as entidades vão até a sede uma vez
515 por semana buscar os produtos. O MDS disponibiliza recursos para a CONAB e SETS. Na
516 sequência, em 1997 o nome mudou para Banco de Alimentos. Já que atualmente é um
517 programa do Estado, solicita-se que o CEAS/PR possa fornecer um aval (um reconhecimento
518 dessa Atividade). A **Conselheira Presidente Roseli** externou a possibilidade de se fazer um
519 parecer esclarecendo não se tratar de uma entidade de Assistência Social, porém é necessário
520 o reconhecimento desse trabalho, de grande relevância, que já cobre todo o Estado.
521 Reforçando, também o **Conselheiro Artur** pontuou o fato de que no seu Município de Foz do
522 Iguaçu, a atuação desse Banco de Alimentos já foi reconhecida pelo Conselho Municipal.
523 Valorizando a questão, o **Conselheiro Plínio** assegurou já ter feito parte do CONSEA/PR e
524 sabe-se do impacto desses serviços, principalmente no atendimento prestado a quilombolas e
525 ribeirinhos, tendo grandes ganhos sociais. Verificou quem são os outros atores e talvez
526 fornecer um selo de agradecimento, reconhecendo essas dinâmicas. **APROVADA A minuta de**
527 **deliberação do CEAS reconhecendo o impacto social do Programa Banco de Alimentos.**
528 **Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária - Conselheira Daiana**
529 **Sprada.** Informou-se que não houve reunião. **Programa Família Paranaense.** Nesse
530 momento, a **Coordenadora Letícia Reis** informou que no plenário encontrava-se presente a
531 Consultora do BID, Carla Bronzo, também envolvida com o “Plano de Formação Permanente
532 dos atores de Minas Gerais”. **Relato de visita realizado a uma aldeia indígena.** Após
533 análise da questão, o **Conselheiro Leandro** comentou que os informes referentes ao
534 Programa Família Paranaense sempre são repassados ao final da Assembleia. Sugeriu que tais
535 pautas sejam trazidas no início, pois caso contrário não se dá o devido espaço para assuntos
536 tão relevantes. Referindo-se às questões dos indígenas, a **Coordenadora Letícia Reis**
537 ponderou que é desafiador construir esses fluxos de informação. A Unidade Técnica tem tido
538 dificuldade para decodificar para os Municípios, chegar em níveis horizontais para as outras
539 Secretarias. Pensou-se na elaboração de algo mais específico para entender essas
540 comunidades, outros interlocutores precisam se agregar. Relatou que para a aproximação
541 inicial, chamou-se as pessoas de Nova Laranjeiras (Caigangues), um cacique, uma Assistente
542 Social indígena, Emater, Prefeito. As tribos costumam migrar e costuma-se encontrar as
543 famílias à beira das rodovias, envolvem-se com drogas e bebidas. Seria fundamental qualificar
544 o artesanato e proporcionar um espaço para a comercialização, construindo condições de
545 escoamento da produção. Com a solicitação do PETI indígena, serão planejadas atividades
546 sócio-educativas nos Centros de Convivência. **Letícia Reis** relatou que uma visita também foi
547 realizada a uma aldeia de Guaranis, no **Município de Diamante do Oeste.** O retorno da
548 equipe trouxe todas as demandas e necessidades detectadas, objetivando realizar uma reunião
549 com os atores envolvidos e elaborar ao CEDCA uma proposta de projeto piloto – Viabilizar a

550 realização de um mutirão da Cidadania nas aldeias, com tiragem de documentos, e cursos
551 profissionalizantes. - Pleitear um Centro Cultural com o objetivo de preservação da Cultura
552 indígena. A **Conselheira Edite Rocha** sugeriu ainda um contato com o Conselho Estadual de
553 Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, um Colegiado que também atua com povos
554 tradicionais. Valorizando a presença da **Consultora do BID, Sra. Carla Bronzo, a**
555 **Coordenadora Letícia Reis** informou do apoio dado à formação do Plano de Capacitação e
556 Formação Profissional. Uma linha de crédito será disponibilizada às famílias com perfil
557 empreendedor. Essa caminhada será iniciada com 30 Municípios, partindo para a pactuação
558 com outros 100. (Paraná Juro 0). Citou o exemplo da Sra. Gleide, do Município de Turvo, que já
559 lava roupas para fora. Com a linha de crédito, terá condições de comprar uma lavadora
560 industrial e um ferro elétrico de qualidade melhor. **Índice de Desenvolvimento de CRAS –**
561 **Conselheira Gladys Tortatto (SEDS).** Abrindo um espaço, a **técnica Gladys** realçou que o
562 Paraná é o estado com melhor rede de CRAS no Brasil. Em nome da **Conselheira Luciana,** do
563 Escritório Regional da SEDS em Ponta Grossa, parabenizou os demais Escritórios pelo esforço
564 e efetivo trabalho desenvolvido. A **Conselheira Presidente Roseli** alertou os Conselheiros
565 quanto à necessária participação nas Conferências Regionais. Estarão contribuindo
566 decisivamente se ao chegar, apresentar-se ao Cerimonial como o real representante do
567 CEAS/PR naquela região. Na sequência, a **Conselheira Marcela** (Setor Financeiro/SEDS)
568 informou não ter apresentado o balancete de julho, por questões no sistema ainda não fechado.
569 Ao final da reunião, a Secretária Executiva Helena N. Gimenez trouxe ao plenário a informação
570 referente a necessidade de uma Deliberação desse Conselho, que aprova uma parceria do
571 CEAS/PR com o COGEMAS, na aquisição dos materiais das Conferências Regionais.
572 **APROVADO.** Vencidos os itens da pauta, a **Conselheira Roseli Tonello** deu por encerrados
573 os trabalhos dessa Assembleia, agradecendo de forma penhorada as presenças e contribuições.
574 A presente ata foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa (SEDS), digitada e
575 formatada por Matheus Duarte da Silva, sendo a Secretaria Executiva Helena Navarro
576 Gimenez.